



BAHIA: MEMÓRIAS DE LUTAS E LIBERDADE



FUNDAÇÃO
**PEDRO
CALMON**

GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA
DE CULTURA



BAHIA
sem fome

Bicentenário da Terra da Liberdade

BRUNO MONTEIRO

Secretário de Cultura do Governo do Estado da Bahia

O grito da independência, no dia 7 de setembro de 1822, não tornou o nosso país livre. Somente 10 meses depois, há exatos 200 anos, após batalha travada em solo baiano, que as últimas tropas portuguesas bateram em retirada. E o Brasil, finalmente, conquistou sua verdadeira independência. As lutas foram lideradas por mulheres, indígenas, caboclos e caboclas que, historicamente, foram aliados dos processos mais decisivos da história.

Passados dois séculos, essa história não perdeu relação com a atualidade. Nossas lutas cotidianas seguem sendo travadas pelo povo, que não se curva diante de tiranias e despotismos. Em 2023, o Governo do Estado apresenta uma série de políticas que reafirmam a Bahia como Terra da Liberdade. A rota “Bahia: Memórias de Lutas e Liberdade”, em 16 municípios, acontece com celebrações cívicas, culturais, históricas e educativas que resgatam o pertencimento de cada uma dessas localidades sobre a sua importância para a conquista da independência. A programação envolve aulas públicas, seminários, atos institucionais, apresentações artísticas e a inauguração de um marco histórico em cada cidade, explicando o que aconteceu ali e o quanto isso contribuiu para a nossa liberdade.

Consideramos todo esse conjunto de ações essenciais para o empoderamento da nossa gente diante dos desafios atuais. Quando falamos da Independência do Brasil na Bahia, estamos com o espírito de um pertencimento do estado como um todo. É uma história de luta e de empoderamento e celebração do povo baiano. Se há 200 anos a luta foi por liberdade, hoje seguimos lutando pela cidadania, por direitos e por democracia.

Almejamos que, com esse mergulho histórico, muitas e muitos se inspirem na determinação e bravura de Maria Quitéria, Maria Felipa, Joana Angélica, caboclos, negros, indígenas, pescadores, marisqueiras, religiosos e tanta gente corajosa para que sigamos construindo, coletivamente, uma Bahia e um Brasil de liberdade.



700 ANOS DA INDEPENDÊNCIA
BAHIA, TERRA DA LIBERDADE

Se beber,
não dirija.

NISSAN
SANTANA
1.8
1000

A Fundação Pedro Calmon (FPC) – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia é vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e tem entre as suas atribuições coordenar a implementação, articulação e gerenciamento das políticas culturais nos campos da leitura, bibliotecas, arquivos e memória do Estado da Bahia. Tem por missão garantir a identidade do povo da Bahia, atuando principalmente na preservação da história e da memória.

Dentro dessas atribuições da FPC, a celebração e o legado do Dois de Julho para Independência do Brasil na Bahia, é um marco histórico, cultural e identitário, não só do povo baiano, mas também, do povo brasileiro. É a data que marca a separação definitiva do Brasil de Portugal, reconhecida pelas Leis Nacionais 12.819 de 2013, que inclui o Dois de Julho como data histórica do calendário de efemérides nacionais, na Lei nº 13.697, de 26 de Julho de 2018, que inscreve os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sórora Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria e na Lei Estadual 10.695 de 2007 que determina que todos os anos, no dia 25 de junho, a sede do governo seja instalada no município de Cachoeira em celebração à Independência do Brasil na Bahia.

A culminância do processo da independência do Brasil na Bahia foi constituída por violentas batalhas envolvendo diversos segmentos da sociedade baiana mobilizados contra as tropas portuguesas. Um largo período de conflitos que não só fazendeiros, comerciantes e fidalgos participaram das lutas, pelo contrário, foram escravizados, indígenas, libertos, sertanejos e mulheres que também constituíram os batalhões de libertação da Bahia e do Brasil.

É preciso disputar na memória histórica, na formação identitária e cultural do povo Brasileiro a narrativa que a independência nacional não foi exclusiva do sudeste, dos brancos, dos homens e das oligarquias. Precisamos questionar os currículos escolares para que as juventudes saibam que seus antepassados pretos, mulheres, indígenas, escravizados e libertos, lutaram e garantiram a independência do nosso país. Que as nossas memórias são de lutas e liberdade.

Este caderno tem o objetivo de trazer elementos que apontam a complexidade e a diversidade do processo da Independência do Brasil na Bahia. O contexto internacional, nacional e de que forma os municípios baianos estiveram envolvidos nos conflitos.

Boa Leitura!

VLADIMIR PINHEIRO

Diretor geral da Fundação Pedro Calmon

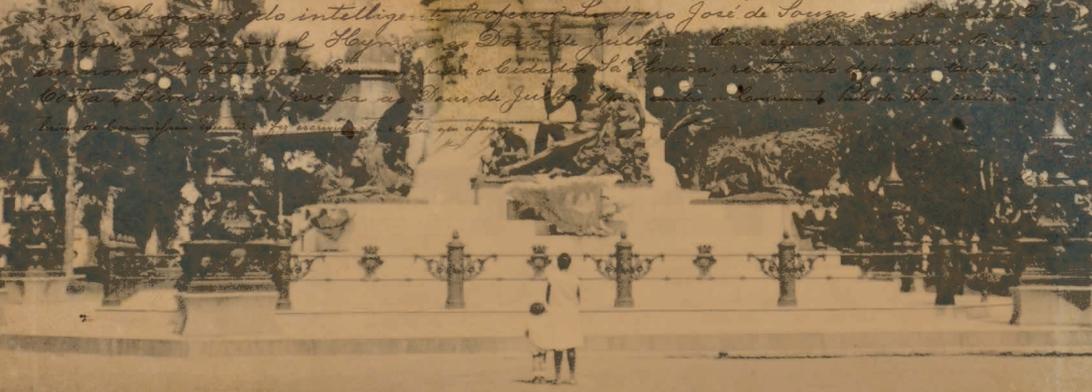
Gloria ao Deus de Julho de 1823

Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos.

Aos dois dias do mez de Julho, do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e noventa e cinco — LXXIII da Independencia — VII da Republica, ás duas horas da tarde, sen- do Governador do Estado o Cidadão Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Pereira, Inten- dente do Municipio, o Cidadão Dr. José Luiz de Almeida Couto, e Presidente do Con- selho Municipal, o Cidadão Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho, depois scella- da — Nossa Campal, pelo Reverendissimo Gonçalo Provisor, Clarindo de Souza Stra- nha e lançada a Bênção pelo Senhor D. Manuel dos Santos Pereira, Bispo de Olinda, e apog o discurso proferido pelo Senador Augusto Alves Guimarães, Presiden- te da Commissão Executiva, foi ^{de novo} cantado pelo Cidadão Governador do Estado, em tre ruidoras aclamações, com máxima solemnidade, na Praça Duque de Ca- rias, antiga Campa Grande, o Monumento do Estado a perpetuar, no marmo- re e no bronze, os feitos gloriosos das grandes luctas que tiveram por brilhantissi- mo desfecho a entrada triumphal do valoroso Exercito Pacificador n'esta briosa Capital, no dia dois de Julho de mil oitocentos e vinte e tres.

A inauguração, que despertou legitimas esperanças de verda- deiro enthusiasmo, e digno do patriotismo do Povo Bahiano, effectou-se pre- sante alguns Veteranos da Independencia, precissas reliquias da nossa Emu- cipação Política, Principaes autoridades Civis, Militares e Ecclesiasticas, Cor- po Consular, Representantes da Intendencia, Officiaes do Exercito, da Armada e Honorarios, da Guarda Nacional, Regimentos Policiaes, Funcionarios de- stados, e de todas as Corporações Politticas, Scientificas, Litterarias, Com- merciaes e Artisticas, Representantes do Commercio, da Lavourea e das Industrias, Batalhões Patrioticos, Alunos dos diversos estabelecimentos de In- strução e a generosa assistência dos Acadêmicos de Direito, de Medicina e Phar- macia, do Instituto Officiaes das Escolas Normaes e de Bellas Artes, do Lyceu de Artes Officiaes do Centro Operario e finalmente, de numerosos concursos de Cidadãos de todas as Classes.

Foram occasião, foi cantado pelo Alu- mo, e Aluno do intelligente Professor Lyggo José de Souza, e cantado pelo organista do templo, Henrique de Deus, o Hymno ao Deus de Julho. Em seguida cantou-se o Hymno do Estado de Bahia e o Hymno da Bahia, e cantando o Hymno de Costa e Silva, em homenagem ao Deus de Julho, que nos deu a liberdade e a independencia.



Uma breve cronologia do bicentenário da Independência do Brasil

FRANKLIN CARVALHO DE OLIVEIRA JUNIOR

Diretor do Centro de Memória

A independência do Brasil na Bahia é rica em acontecimentos aqui resumidos. No primeiro trimestre as investidas portuguesas para tomar Itaparica são novamente frustradas. D. João VI autorizando Madeira de Melo a concentrar os poderes da província. Registram-se reuniões tensas entre Labatut e membros do Conselho Interino enquanto D. Pedro decreta mais uma vez o bloqueio à capital baiana.

O segundo trimestre registra o desembarque de tropas vindas de Portugal. A frota de Cochrane sai do Rio de Janeiro e recebe o combate de frota lusitana. Abre-se a Assembleia Constituinte e Legislativa. Edital publicado por Madeira de Melo estabelece que as pessoas que quiserem ir para o Recôncavo o façam em quinze dias. Labatut manda prender o comandante Felisberto Caldeira Brandt Pontes, mas quem é destituído e preso é ele sendo substituído por Lima e Silva.

Em junho reunião da Junta Provisória de Governo discute sua destituição. A dez, Madeira de Melo toma conta de todo o governo da Bahia. Finalmente, a vinte, reunião dos chefes portugueses decide abandonar Salvador. A dois de julho os portugueses abandonam a Bahia. Fidiê é derrotado no Maranhão. Em onze de agosto é a vez da independência no Grão Pará.

Na Assembleia Constituinte há discursos contra os portugueses. D. Pedro reestrutura o ministério, mas há pressões dos corpos militares sobre o imperador. No dia doze de novembro é dissolvida a Constituinte e convocada outra. A “noite da agonia” resultou na prisão de 14 deputados, entre os quais José Bonifácio. E em dois de março de 1824 Lecor entra em Montevidéu submetendo o Sul à independência.



2 DE JULHO

200 anos da Independência do Brasil na Bahia

Cristiane Silva Conceição

Historiadora

O Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia é um convite para refletirmos sobre a importância da preservação e manutenção da História regional, que por muitos anos foi negligenciada pela História nacional, dita oficial.

A Independência do Brasil, que é comemorada no dia 7 de setembro de 1822, manteve por muito tempo um silenciamento em relação à participação da Bahia no processo de emancipação política do Brasil. Isso fica evidente quando nos deparamos com narrativas sobre o 7 de setembro que ainda exaltam os atos que foram realizados, sob pressão, pelo Príncipe Regente: D. Pedro. Porém, esses atos não dão conta de todas as fases que envolveram o processo de independência do Brasil.

Reproduzir a História oficial ou parte dela é se negar a romper com padrões de uma História narrada pelos vencedores, que negligencia a importância da memória, em especial as memórias coletivas que foram construídas ao longo das lutas pela independência do Brasil pelo povo (indígenas, negros libertos, negros escravizados, mulheres e homens pobres) que, em sua maioria, foram excluídos do projeto de nação e tiveram o direito a cidadania cerceados por uma elite branca que pretendia se manter absoluta no poder.

O relato oral dos participantes e coadjuvantes da luta, nos fez resgatar personagens que foram apagados dos registros oficiais, mas que tiveram uma participação significativa na vitória do Brasil contra os portugueses na Guerra da Bahia. Personagens como Maria Felipa é um exemplo de como o apego ao que está registrado pode interferir na criação da memória em torno de um tema tão importante.

Além de Maria Felipa, a participação do povo como os escravizados, negros libertos e mulheres interferem diretamente na construção da identidade do povo brasileiro. E a narrativa sobre a independência do Brasil precisa envolver todos os indivíduos que nos ajudam a construir uma nova história a partir do relato e das trajetórias dos de baixo.

Esse texto narra de forma breve, como a Bahia se envolveu diretamente no conflito que levou a guerra de Independência do Brasil na Bahia, e como os baianos lutaram bravamente colocando fim ao jugo português sobre o Brasil.

Revolução Liberal Constitucionalista de 1820

O Brasil foi elevado à condição de “Reino Unido de Portugal e Algarves” em 1815. Essa mudança de status estava relacionada à mudança da Corte lusitana para o Brasil e ao Congresso de Viena (1815). Desde a mudança da Família Real para o Brasil em 1808, a Corte portuguesa passou a reinar a partir da colônia, e não da metrópole. Essa situação exigiu uma modificação no status da colônia quando o Príncipe Regente de Portugal D. João VI foi convocado para participar do Congresso de Viena representando a Casa de Bragança.

Diplomatas redesenham o mapa da Europa reunidos em Viena

*Autor desconhecido
Fonte: Ensinar História*



O Congresso de Viena tinha princípios e para atendê-los, o Príncipe Regente elevou o Brasil a Reino Unido de Portugal, pois a partir daí estaria governando do seu Reino. Essa modificação causou desconforto entre os portugueses que permaneceram em Portugal, porque o novo reino passou a ter dois centros políticos: Rio de Janeiro e Lisboa.

Sofrendo os efeitos do pós-guerra napoleônica, os portugueses que ficaram em Lisboa estavam ressentidos com a família real, o fato do Brasil ter se tornado Reino Unido também abalou os portugueses. Nesse contexto, uma crise se instalou em Portugal, endurecendo ainda mais o coração dos portugueses, que no ano de 1820, organizaram uma revolta na cidade do Porto, norte de Portugal.



Representação das Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves feita em 1822, homenageando Dom João VI no cadeiral da Capela de São Jorge no Castelo de Windsor.

Autor desconhecido
Fonte: Jornal O Farol

A Revolução do Porto como ficou conhecida, foi liderada por militares, mas também teve apoio da nobreza lusa, do Clero e da burguesia. Depois de ocupar a Câmara Municipal, os militares formaram a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Essa junta apresentou uma declaração intitulada: Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa, no qual continha seus objetivos e exigências para a nação portuguesa.

O movimento foi disseminado em Portugal e alcançou Lisboa, consolidando a união da junta do Porto com uma junta que fora formada em Lisboa. Os liberais revoltosos tinha como principal proposta: promover a “regeneração” do país, ou seja, assegurar a liberdade econômica e a independência do país por meio de uma monarquia constitucional.

A Revolução do Porto como ficou conhecida, foi liderada por militares, mas também teve apoio da nobreza lusa, do Clero e da burguesia. Depois de ocupar a Câmara Municipal, os militares formaram a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Essa junta apresentou uma declaração intitulada: Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa, no qual continha seus objetivos e exigências para a nação portuguesa.

Representação da Revolução Liberal do Porto.

Autor : Constantino de Fontes
Fonte: Câmara dos Deputados



O movimento foi disseminado em Portugal e alcançou Lisboa, consolidando a união da junta do Porto com uma junta que fora formada em Lisboa. Os liberais revoltosos tinha como principal proposta: promover a “regeneração” do país, ou seja, assegurar a liberdade econômica e a independência do país por meio de uma monarquia constitucional.

O movimento foi disseminado em Portugal e alcançou Lisboa, consolidando a união da junta do Porto com uma junta que fora formada em Lisboa. Os liberais revoltosos tinha como principal proposta: promover a “regeneração” do país, ou seja, assegurar a liberdade econômica e a independência do país por meio de uma monarquia constitucional.

Com a pressão da revolução, as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa foi convocada. Seu principal objetivo era elaborar uma Constituição para Portugal.



As Cortes Gerais exigiu o retorno de d. João VI, que àquela altura, já havia sido proclamado rei, após a morte da rainha-mãe, dona Maria I. Acudado, o rei retornou à Europa, em 1821. Em seu lugar, deixou o príncipe herdeiro Pedro de Alcântara, na função de príncipe regente.

Sessão das Cortes De Lisboa

Autor: Oscar Pereira da Silva

Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP

Repercussão da Revolução de 1820 na Bahia

A notícia sobre a Revolução do Porto chegou ao Brasil em 1821, criando raízes profundas no Rio de Janeiro, Pará e na Bahia. Em Salvador houve a manifestação dos populares em apoio ao movimento no mês de fevereiro quando tomaram conhecimento do que havia acontecido em Lisboa. No entendimento dos baianos, a revolução liberal que acontecia em Portugal parecia favorável ao Brasil. Desse modo, decidiram manifestar seu apoio as Cortes de Lisboa.

Entretanto, mesmo com adesão ao movimento, devido a divergências nas interpretações em relação às reivindicações da Revolução do Porto, aconteceu em 10 de fevereiro de 1821 um primeiro confronto entre os soldados portugueses e os brasileiros, resultando em 20 mortes. Para cessar a disputa, foi feito um acordo que concedeu ao Brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães (liderança importante do movimento constitucionalista em Salvador) o título de governador das armas. Além disso, foi criada uma junta de governo com sete membros, tendo apenas dois portugueses fazendo parte dele. Diante desses fatos, quando fora formada a junta provisória na Bahia, está se pronunciou subordinada as Cortes portuguesa, dispensando a autoridade de D. João VI, que até aquele momento, permanecia no Rio de Janeiro.

Os baianos acreditavam que o Brasil teria uma maior autonomia perante Portugal. Nesse mesmo ano (1821), a Bahia elegeu nove deputados para representá-la nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. A bancada baiana eleita reunia personalidades com múltiplas indicações políticas e ônus intelectual. Esses homens tinham prestígio da elite baiana e dos proprietários rurais, foram selecionados para ir a Lisboa defender interesses desses grupos dominantes.

Na Bahia existia uma diversidade que abrangia grupos com identidades políticas coletivas, mas cada qual defendia projetos de Estado e de nação que se contrapunha uns aos outros.

Mas a adesão ao movimento vintista, nos faz entender que, temporariamente, essas identidades e os projetos se igualaram. Os baianos decidiram mostrarem-se obedientes as Cortes de Lisboa, porque acreditavam que participariam do projeto constitucional.

No entanto, no ano de 1822, as intenções dos revoltosos vintistas começaram a transparecer. No seu projeto regenerador, apresentado na Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, o Brasil deveria retornar à condição de colônia, favorecendo a recuperação econômica e social de Portugal. O retorno do rei d. João VI a Lisboa era uma maneira de centralizar novamente o governo no Reino em Portugal.

Essa constatação por parte dos brasileiros que estavam em Lisboa, causou uma cisão entre os portugueses e as diferentes bancadas (paulistas, fluminenses, baianos e pernambucanos) que estavam representando o Brasil.

O estopim se deu com a publicação do decreto de 29 de setembro que colocava a junta do governo; a junta da fazenda; o governador das armas e os magistrados que operavam nas partes portuguesas da América, sujeitos ao governo estabelecido em Portugal. Abancada brasileira entendeu que, essa divisão de poderes era uma estratégia para o fortalecimento do poder centralizado em Lisboa, o que fortaleceu a oposição a Portugal.

O Decreto de 29 de setembro foi aprovado, os novos governadores das armas foram nomeados pelo governo central, e enviados para as províncias. Esse ato gerou uma grande insatisfação,

pois julgava-se que esses militares estavam trabalhando como intermediários do governo lisboeta. Esse desagrado provocou embates violentos no Pará; Bahia e, em Pernambuco.



Manoel Fernandes Thomaz, presidente das Cortes Constituintes, discursa em uma das sessões. Pintura de Veloso Salgado, na Assembleia da República de Portugal.

Na Bahia, as tensões se intensificaram após a nomeação em 15 de fevereiro de 1822 de Inácio Luís Madeira de Melo para o cargo de governador das armas em substituição ao brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Essa nomeação foi uma imposição das Cortes de Lisboa que constatou a negativa da junta brasileira em aceitar o projeto integracionista. A nomeação de Madeira de Melo era uma maneira de assegurar o controle da população da Bahia que já estava tencionando uma guerra, pois havia iniciado um movimento que contestava as ordens enviadas das cortes de Lisboa, os decretos enviados não estavam mais sendo obedecidos.

Madeira de Melo, como é popularmente conhecido, foi a Salvador para assumir o comando das armas, mas a Junta baiana que não fora consultada nem informada sobre a sua nomeação, questionou a legitimidade da designação. Essa discussão causou divisão na Bahia, e as posições políticas adotadas por “portugueses” e “brasileiros” levaram a um confronto em fevereiro de 1822, abrindo uma vantagem para os portugueses que saíram “vitoriosos” do combate, embora tenha morrido gente de ambos os lados.

No dia 19 de fevereiro as tropas portuguesas atacaram o Forte de São Pedro, onde estava os oficiais e soldados brasileiros das tropas regulares e da milícia. Atacaram também o quartel da Mouraria e da Palma, vizinho ao Convento da Lapa. Foi durante o ataque ao quartel que os soldados e marinheiros portugueses ao forçar a entrada no Claustro das religiosas, feriram mortalmente a abadessa sóror Joana Angélica. O Padre Daniel Nunes da Silva Lisboa que era capelão do Convento também foi atingido com pancadas de arma.



Invasão do Convento da Lapa, Joana Angélica foi morta pelos soldados lusitanos com golpes de baioneta.

Autor desconhecido

Fonte: oprofessorweb.wordpress.com

Depois desse episódio, o forte foi cercado pelos homens de Madeira de Melo, que, a princípio, evitou o confronto direto e permitiu que os sitiados deixassem o Forte de São Pedro aos poucos. Os que permaneceram, acabaram se rendendo, o que facilitou ao general Madeira de Melo iniciar a ocupação da cidade de Salvador. Nesse interim, reforços das tropas portuguesas chegaram à cidade, deixando Salvador totalmente sitiada.

Um número considerável de famílias migrou para o Recôncavo (Santo Amaro, São Francisco do Conde, Cachoeira e Maragogipe). A cidade ficou dividida entre os partidários do príncipe e os partidários de Portugal. Os partidários do príncipe pretendiam se reunir em 12 de junho na câmara de Salvador, mas o acesso foi bloqueado pelas tropas portuguesas.

Em 14 de junho reuniram-se na câmara de Santo Amaro, com a participação de religiosos, oficiais da milícia, advogados, médicos, professores e magistrados. Nessa reunião ficou decidido: “Que haja no Brasil um centro único de Poder Executivo; que esse poder seja exercido por sua Alteza Real o Príncipe Regente”. A essa altura, D. Pedro havia sido aclamado no Rio de Janeiro, “Defensor Perpetuo e Constitucional do Brasil”.

Na Bahia, sua autoridade estava prestes a ser reconhecida. No dia 25 de junho a Câmara de Cachoeira com apoio do povo, promoveu D. Pedro à categoria de “Regente e Perpétuo defensor e protetor do Reino do Brasil”. Após esse pronunciamento, no dia 26 de junho foi constituída uma Junta de Conciliação e Defesa, órgão que centralizaria as medidas para o combate. Cachoeira foi eleita único centro de poder com apoio das demais vilas do recôncavo.

“O Primeiro Passo para a Independência da Bahia”. Aclamação de D. Pedro: Câmara de Cachoeira.

*Autor: Antônio Parreiras
Fonte: Recôncavo Wordpress*



Enquanto isso, em São Paulo, D. Pedro sentindo-se pressionado pelas Cortes Portuguesa e temendo perder sua autoridade, proclama a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822. Contudo, as tensões entre brasileiros e portugueses permaneceram, ao ponto de em algumas regiões como na Bahia, começar a luta armada.

Batalhas da Independência

A geopolítica do conflito estava traçada da seguinte maneira: Salvador em mãos portuguesas, o Recôncavo com os baianos. O controle baiano das regiões produtoras de alimentos lhe deu vantagem em relação ao Exército português, que não conseguia abastecer a cidade, e reduziu a escassez de alimentos os residentes da capital.

A guerra pela independência começou em Cachoeira no dia 25 de junho. As tropas brasileiras no início foram comandadas pelo coronel miliciano Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque de Ávila Pereira, que passou o comando para o general francês Pedro Labatut. Homem a quem foi confiado o Exército Pacificador.

O Exército Pacificador era formado por uma mistura de pessoas de diferentes regiões (cariocas; pernambucanos baianos) e com diferentes ofícios: soldados regulares e voluntários, negros libertos e escravizados, brancos pobres, e Tupinambás. A diversidade étnica e social se fez presente na batalha.

Batalha de Pirajá

A Batalha de Pirajá foi motivada pela tentativa do Exército português expulsar os soldados brasileiros dos pontos estratégicos da cidade, localizados em Pirajá, Coqueiro e Cabrito. Temendo um aumento das tropas brasileiras, Madeira de Melo deu ordem para atacar.

Na madrugada do dia 8 de novembro, nas mediações do Cabrito, Campinas e Pirajá, começou o embate. Essa batalha durou oito horas rendendo vitória para o Exército Pacificador.



Cadete Maria Quitéria

Autor: Ostervaldo

Galdino, 1995.

Fonte: Pinterest

Depois da batalha, os alimentos ficaram mais caros em Salvador. Estava difícil para o povo em geral conseguir alimento para comer, isso afetou o Exército brasileiro e o seu oponente, o Exército português. Madeira de Melo recebeu reforços de soldados procedentes da Europa. Com esse apoio, e sofrendo com a falta de mantimento em Salvador, Madeira de Melo decidiu atacar a ilha de Itaparica e a barra do Paraguaçu, litoral do recôncavo, para por meio delas, assegurar o cerco da cidade do Salvador e conseguir alimento. Porém, os soldados portugueses encontraram resistência.

Na defesa da barra do Paraguaçu, um soldado do batalhão Voluntários do Príncipe chamou atenção pela sua bravura, esse soldado era Maria Quitéria de Jesus. Mulher que assumiu uma identidade masculina para lutar a favor do Brasil. A coragem de Maria Quitéria influenciou outras mulheres que se uniram sob sua liderança e decidiram lutar em prol da causa do Brasil. Essa resistência colaborou com a projeção de Maria Quitéria como uma das heroínas na guerra de Independência da Bahia.

Batalha de Itaparica



“Alegoria ao 7 de Janeiro de 1823”

**Autor: Mike Sam Chagas/OST
2019- Escola de Belas Artes
da UFBA**

Fonte: Museu Virtual Origens

Acreditando que era o mais rápido alcançar o recôncavo pela baía de Todos os Santos, os comandantes portugueses, Brigadeiro Madeira de Mello e Chefe de Divisão João Feliz Pereira de Campos, comandaram a ofensiva. Em 7 de janeiro de 1823 começou a batalha em Itaparica. Os navios portugueses cercaram a ilha com uma esquadra formada por 40 barcas, lanchas canhoneiras e embarcações a vela. Ficaram concentrados na altura do Forte São Lourenço, principal ponto de defesa da ilha.

Os primeiros disparos de canhão foram direcionados ao forte, sucedeu o contra ataque e a tropa foi atingida com tiros. Os portugueses recuaram para tentar desembarcar nas praias mais afastadas da vila. Os soldados portugueses tentaram desembarcar na ilha com embarcações menores, mas novamente, foram surpreendidos com um bombardeio que partiu das trincheiras cavadas por toda extensão da ilha, e dos ataques da “flotilha itaparicana” pequena frota de barcos que estava do lado dos brasileiros.

Mulheres e homens da vila, composta em sua maioria por negros e indígenas, foram à linha de frente de Itaparica que defenderam a ilha por terra e pelo mar. Nesse contexto, é notório o destaque de Maria Felipa de Oliveira.

Maria Felipa foi uma mulher negra, marisqueira que liderou o grupo das vedetas. Mulheres que estrategicamente, atraiu os vigias dos navios portugueses com a intenção de afastá-los das embarcações. Longe de seus postos, os homens foram surrados com galhos de cansanção, planta parecida com a urtiga, era venenosa e provocava queimadura grave na pele, ardência e muita dor. Com esse plano, Maria Felipa e o grupo de mulheres conseguiram incendiar dois navios portugueses.



Maria Felipa
Autor desconhecido

Fonte: Quizur

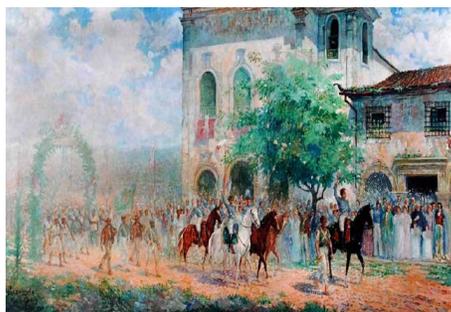
Diante de tamanha resistência, o Exército português não resistiu e bateu em retirada. Ficava registrado mais um triunfo dos brasileiros na batalha.

Consagração do 2 de julho

As tropas portuguesas estavam cercadas: por mar pela esquadra comandada por Lord Cochrane, e por terra pelo Exército Pacificador que estava sendo comandada pelo coronel Lima e Silva substituto do General Labatut.

Madeira de Melo tentou garantir a permanência das tropas lusitanas em solo baiano, formando uma nova Junta de Governo. Porém a fome estava dizimando os soldados de ambos os lados, mas os portugueses ainda estavam em desvantagem. Acuado, Madeira de Melo começou a negociar com o coronel Lima e Silva a sua rendição.

O próximo passo para formalizar a rendição dos portugueses era a assinatura de uma capitulação oficial, mas Madeira de Melo se recusou a assinar. Enquanto discutia a rendição, o Exército Pacificador começou a ocupar pontos estratégicos de Salvador, fechando o cerco de vez para os portugueses.



Entrada do Exército Libertador

Autor: Presciliano Silva

Fonte: Muita Informação

baianos. Essa celebração é uma reverência patriótica que supera as comemorações do 7 de setembro. Celebrar o 2 de julho é festejar a Independência da Bahia.

Essa tradição é repetida todos os anos com um desfile que envolve figuras ilustres como o Governador e o Prefeito. Ademais, populares que fazem o cortejo reverenciando os heróis e heroínas da independência bem como as figuras simbólicas como o caboclo e a cabocla.

2 de julho é comemorado em todo Estado da Bahia. Esse festejo ganhou uma dimensão a ponto de ser oficializado como feriado regional. No dia 12 de agosto de 1831, um Decreto Imperial declarou o 2 de julho como dia festividade nacional na Bahia. Esse feriado é mantido até hoje e luta por um reconhecimento para ser incorporado ao calendário nacional.

Na madrugada do dia 2 de julho de 1823, o Exército português embarcou sem assinar o acordo de rendição, deixando Salvador deserta. O Exército Pacificador, por sua vez, ocupou as ruas da cidade celebrando a vitória baiana. Era o fim do domínio português sobre o Brasil. A Independência do Brasil conquistada pelo povo baiano estava concretizada!

A comemoração do 2 de julho se tornou um ato sagrado para os

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Ubiratan Castro de. A política dos homens de cor no tempo da Independência. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2004.

CARVALHO. Manuel Emílio Gomes de. Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2003.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia (1821- 1824). Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2004.

KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra da Independência na Bahia. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.22, nº43, 2002.

REIS, João Jose; SILVA, Eduardo. "O jogo duro do dois de julho: "O Partido Negro" na Independência da Bahia." in: Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro. (1821-1823). Salvador, 2012. (Dissertação de Mestrado).

TAVARES. Luís Henrique Dias. Independência do Brasil na Bahia. Salvador, BA. EDUFBA, 2005



FICHA TÉCNICA

Governador do Estado da Bahia

Jerônimo Rodrigues

Secretário de Cultura do Estado da Bahia

Bruno Monteiro

Diretor geral da Fundação Pedro Calmon

Vladimir Pinheiro

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA



BAHIA: MEMÓRIAS DE LUTAS E LIBERDADE



SECRETARIA
DE CULTURA



@FPEDROCALMON

WWW.FPC.BA.GOV.BR

